



Língua Portuguesa e Culturas Lusófonas num Universo Globalizado

Encontro Internacional

Fundação C. Gulbenkian, 26 de Outubro de 2010

Notas de Intervenção

(...)

Começo, antes de mais, por agradecer o convite para estar presente na sessão de encerramento deste Encontro, cuja iniciativa saúdo, e felicitar os seus organizadores por terem dedicado este debate à **Língua Portuguesa e Culturas Lusófonas num Universo Globalizado**.

Assim, foi com agrado que tomei parte nesta Conferência, a cujos ilustres participantes apresento cordiais saudações.

(...)

A CPLP não é, de todo, uma entidade homogénea. **A unir-nos:** a Língua Portuguesa, que convive, na maioria dos países membros, com outras línguas nacionais; um passado histórico; e um património cultural comum, enriquecido por uma extraordinária diversidade cultural. **A diferenciar-nos:** as distintas fases de desenvolvimento económico e social que caracterizam os oito Estados membros.

Porém, a diversidade e as disparidades – talvez ainda mais perceptíveis há 14 anos – não estorvaram a criação da CPLP e o empenho que, desde então, vem sendo dedicado à consolidação deste ambicioso projecto multilateral.

Nestes 14 anos, a CPLP tem procurado – através da concertação político-diplomática, da cooperação e da promoção da Língua Portuguesa – harmonizar a actuação internacional dos Estados, criar sinergias em torno de projectos comuns, gerar convergências, lançar novas pontes de entendimento entre os respectivos Povos, consolidar a identidade colectiva das Comunidades e aproximar, *de jure et facto*, os seus cidadãos.

Como em outras organizações congéneres, é manifesto o hiato entre a proclamação de vontades, a formulação de intenções e o que é efectivamente realizado.

Contudo, o balanço é positivo, principalmente considerando a existência de um mundo que caminha para a supressão de particularidades e diferenças, que constituem, afinal, a maior riqueza patrimonial das sociedades humanas.

(...)

No campo da **Língua Portuguesa**, é com confiança renovada que, hoje, consideramos o futuro do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), crentes de que os Estados saberão reconhecer a sua utilidade e fazer dele um instrumento das suas políticas culturais, fundamentando-se os seus principais objectivos na "*promoção, defesa, enriquecimento e difusão da Língua Portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico e tecnológico*".

A língua é instrumento de desenvolvimento e de promoção do diálogo intercultural, pelo que a promoção e utilização do Português não deve ser dissociada da projecção social, económica e política dos seus utentes, nos diversos contextos em que estiverem inseridos.

Neste quadro, tendo em conta a presença de Portugal na União Europeia, do Brasil no bloco Mercosul, dos PALOP na União Africana, CEDEAO e SADC e Timor-Leste na ASEAN, podemos afirmar que, do ponto de vista político, para a CPLP a sua língua comum atingiu dimensões políticas de realce.

(...)

A CPLP como membro dos Três Espaços Linguísticos, juntamente com a OIF e OEI e a União Latina, reconhece que o respeito pela diversidade cultural e linguística constitui um elemento essencial das políticas de desenvolvimento, ajudando também a preservar uma das riquezas fundamentais do património da Humanidade.

Neste âmbito, todos os países da CPLP reconhecem a importância da ratificação da Convenção da UNESCO sobre a Protecção e Promoção da Diversidade de Expressões Culturais, na medida em que constituirá, por certo, um instrumento de apoio ao reconhecimento da língua portuguesa e da cultura assente nesta matriz linguística.

A língua portuguesa, hoje falada por mais de 200 milhões de pessoas, espalhadas por quatro continentes, representa um valioso património para a humanidade, pois convivendo, no seu quotidiano, com dezenas de línguas nacionais, na maior parte dos países da Comunidade, serve, por vezes, de ponte, enriquecendo-se nesse exercício.

Continuamos, por isso, muito empenhados, conjuntamente com Organizações congéneres, na defesa do multilinguismo como elemento fulcral da diversidade cultural.

Efectivamente, o tema da diversidade cultural, tão presente na agenda internacional, assume crescente actualidade e relevância, enquanto contributo para o enriquecimento da sociedade humana universal e como contrapeso às forças centrifugadoras da globalização.

A língua portuguesa tem, nesse âmbito, uma contribuição importante a dar, pois, enquanto 5ª língua mais falada no mundo, posiciona-se claramente no

sentido de uma mais equitativa partilha do saber como bem comum, reforçando a capacidade de participação das nações no processo de correcção dos desequilíbrios e assimetrias culturais e linguísticas.

A CPLP assume, por isso, o compromisso de unir a sua voz e o seu voto à causa da diversidade cultural, ciente de que as culturas do mundo constituem património comum da Humanidade e devem ser reconhecidas e consolidadas em benefício das gerações presentes e futuras. A liberdade de expressão, o pluralismo dos meios de comunicação, o multilinguismo, a igualdade de acesso às expressões artísticas, ao saber científico e tecnológico e a possibilidade de expressão de todas as culturas, são valores inalienáveis que devem ser preservados nos meios de expressão e difusão.

(...)

Mas, porque o que disse e poderia dizer sobre a Língua portuguesa na CPLP já foi dito e tratado, não constituindo novidade, julgo existirem aspectos do conceito lusófono/lusofonia que devem merecer reflexão, podendo a minha experiência, enquanto responsável de uma Organização que tem uma intensa e irremovível ligação à lusofonia, a CPLP, ser de alguma utilidade aos presentes nesta Sessão.

Importa, assim, clarificar o conceito de **Lusofonia** – traço de união entre cerca de 230 milhões de pessoas –, reconhecer os seus contornos e entender os seus desafios.

Facto evidente é que a Lusofonia encerra um espaço físico bem mais vasto do que a CPLP. Todavia, o capital político acumulado pela CPLP ao longo de 14 anos é inquestionavelmente mais significativo, porque exercido por uma entidade reconhecida por todos os seus Estados membros e com direito de voz e participação em *fora* multilaterais.

A criação da CPLP constituiu, portanto, a concretização de uma vontade política, alicerçada no uso do Português como língua oficial. A Lusofonia está também assente em vínculos linguísticos e na herança histórica portuguesa – elementos que teorizam o universo lusófono e do qual fazem parte os países da CPLP, as diásporas lusófonas e os territórios e regiões onde o Português é residualmente falado.

Ora, num mundo caracterizado pela globalização e por conseqüentes tentativas de hegemonia cultural, política e económica, a Lusofonia *de per se* não garante a defesa dos interesses dos Povos que a constituem. Portanto, mais do que uma herança, a Lusofonia é um desafio.

O conceito encerra quatro componentes: a formal baseada na língua, a antropológica, a geopolítica e a sociológica. Se nos atívéssemos a um conteúdo que se limitasse a fazer corresponder lusofonia com a utilização da língua

portuguesa, não haveria grandes dificuldades de entendimento e consensos à volta do termo. É um pouco o que se passou com a criação da francofonia, essencialmente baseada na promoção e difusão da língua francesa.

Porém, a lusofonia pode comportar outras dimensões, que podem ser objecto de desentendimentos de variada profundidade. Desde logo porque se trata de um conceito que se pretende aplicar a diferentes espaços geográficos e humanos, cada um com a sua história, cultura – ou culturas - e idiosincrasia, envolvendo participantes que representem o universo da nossa Comunidade.

As reflexões à volta da lusofonia têm-se produzido, sobretudo, em Portugal e no Brasil, não sendo acompanhadas por semelhante esforço nos restantes países de língua portuguesa, o que faz com que a influência da percepção luso-brasileira da lusofonia seja dominante.

Sobretudo nos países africanos, registam-se dúvidas sistemáticas sobre a validade do conceito de lusofonia enquanto factor de identidade supranacional.

A lusofonia é, por vezes, entendida como uma forma ou tentativa de hegemonia da língua portuguesa sobre as línguas nacionais, da cultura portuguesa sobre as restantes.

Não podemos ignorar que a maioria das críticas provém da sociedade civil desses países, cidadãos que acreditam que a sua História, cultura, pensamento e idiosincrasia possam não estar a ser reconhecidas e valorizadas.

Para que a visão de toda a Comunidade possa ser de facto incorporada num conceito amplamente aceite, terá que haver interesse pelo debate das ideias que lhe estão subjacentes, entre os intelectuais e a sociedade civil de cada país. É indispensável um esforço para integrar na visão actual da lusofonia as necessárias componentes que traduzam as realidades e expectativas dos países do Sul – os Cinco países africanos e Timor-Leste.

(...)

Todavia, a ligação entre a lusofonia e a CPLP é inevitável, pelo que se terão de distinguir / definir os contornos dessa lusofonia, dar-lhe um conteúdo vinculativo, que se não deve resumir à mera utilização da língua portuguesa como veículo de comunicação.

Para que a lusofonia seja o cimento da CPLP, ela terá que traduzir, para além da língua, interesses e valores comuns e partilhados por todos os Estado membros que possam traduzir-se em mais-valias para os cidadãos de todos os nossos países, sem pretensão de se utilizar a CPLP para a realização de objectivos que não sejam voluntariamente assumidos.

Muitos desses interesses e valores estão hoje consensualizados, seja através da Declaração Constitutiva. Com efeito, ao criarem a CPLP, em 1996, os Chefes de Estado e de Governo assumiram o compromisso de canalizar o potencial representado pela pujança das relações históricas, culturais e humanas entre os

seus Povos para um projecto mobilizador de capacidades e vontades que abraze caminhos comuns e solidários para os seus cidadãos e estivesse cimentado na utilização de uma mesma língua.

A prática política dos Estados e das sociedades civis de cada país ao longo destes 14 anos de vida que leva a CPLP tem-se traduzido na concretização, nem sempre tão célere quanto se deseja, da **solidariedade**, suficientemente ancorada entre os Estados membros, encontra raízes numa longa convivência entre povos de diferentes culturas e conjuntamente com a língua pode constituir um dos mais fortes esteios da lusofonia como suporte da CPLP; da **promoção da democracia, a defesa dos direitos políticos, económicos e sociais dos cidadãos** como princípio dessa lusofonia é outro elemento que trará maior coesão à CPLP; e da **valorização da riqueza e da produção cultural do espaço de língua portuguesa**, incluindo a produção em línguas nacionais que convivem com o português, contribuirá para construir o que poderá vir a ser uma verdadeira cultura lusófona, enriquecida com contribuições dos criadores de todos os nossos países.

Os esforços para uma maior aproximação cultural entre os povos dos países de língua portuguesa terão tanto mais êxito quanto mais determinados forem os esforços dos governos em proporcionar condições para que os seus cidadãos conheçam as realidades dos restantes países da CPLP.

A lusofonia ficará reforçada se esse esforço se traduzir, por exemplo, numa melhor e mais eficaz utilização dos órgãos de comunicação social para dar a conhecer as realidades de cada país no espaço da Comunidade. Temos que reconhecer que o conhecimento recíproco entre os nossos povos ainda se encontra longe do desejável.

Os sistemas educativos devem ser utilizados na familiarização das crianças e adolescentes com esta Comunidade que permite a pessoas de países diferentes comunicarem na mesma língua. E iniciativas devem ser desenvolvidas para motivar os jovens dos diversos países a conviverem, a trocarem experiências e a conspirar por um futuro melhor – a CPLP nas Escolas foi lançada este ano, em Lisboa, e queremos que se estenda a outros países da CPLP. Igualmente se começou a comemorar o Dia da Língua Portuguesa e da Cultura da CPLP, a 5 de Maio, incentivando-se os Estados membros a dar-lhe a devida relevância.

Reconhecemos que as barreiras que se erguem à circulação de pessoas e de bens, incluindo os bens culturais, são inevitavelmente um forte obstáculo à consolidação da Comunidade enquanto espaço de cidadania, fraternidade e solidariedade. Por parte dos governos existe consciência deste facto, particularmente no que respeita à circulação das pessoas.

Por essa razão estabeleceram um grupo de trabalho para propor medidas que facilitem a circulação dos cidadãos dos países da CPLP no espaço da Comunidade, estando em vias de aprovação a Convenção Quadro relativa ao Estatuto do Cidadão da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

(...)

Gostaria de terminar com uma citação de Mia Couto que, como ele próprio reconhece, questionou o sentido do projecto supranacional da CPLP:

"... eu creio que há que ter uma postura prática, voltada para a construção de soluções. Agora é preciso e é urgente desenharmos acções que afirmem a nossa individualidade no mundo globalizado. (...) Não temos senão duas alternativas: ou ficamos no muro da retórica ou descemos para o chão da realidade, mesmo aceitando que essa realidade se diz no plural. Teremos a comunidade que entendermos ser a nossa e aquela que melhor nos servir. Basta que a façamos".

Sendo a diversidade línguístico-cultural um instrumento estratégico do diálogo para a construção de alianças entre civilizações, a CPLP tem a tarefa de ser, cada vez mais, um espaço de cooperação, fraternidade e amizade entre povos que partilham não só a língua mas também outros valores comuns que os identificam.

(...)

Muito obrigado!